



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER AO PL 9463/18 - DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

REQUERIMENTO Nº /2018 (Do Sr. Carlos Andrade)

Requer a realização de audiência pública para debater as consequências da privatização da Eletrobrás para a população brasileira.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de audiência pública com o intuito de debater as consequências da privatização da Eletrobrás para a população brasileira.

Sugere-se que, na oportunidade, sejam convidados os seguintes debatedores:

1. **Fernando Coelho Filho** - Ministro de Minas e Energia (MME);
2. **Sinval Zaidan Gama** – Presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF);
3. **Wilson Ferreira Junior** – Presidente da Eletrobrás;
4. **Ricardo Medeiros** – Diretor-Presidente da Furnas Centrais Elétricas S.A;
5. **Representante do Ministério Público Federal;**
6. **Romeu Donizete Rufino** – Diretor Geral da Aneel;
7. **Vilmos da Silva Grunvald** – Diretor-Presidente da Eletronorte;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER AO PL 9463/18 - DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

8. **Anselmo de Santana Brasil** – Diretor-Presidente da Boa Vista Energia S.A (Eletrobrás Distribuição Roraima)

JUSTIFICAÇÃO

A energia elétrica é tão presente na vida das pessoas que seria inimaginável o mundo moderno sem ela. A eletricidade cumpre papel fundamental no desenvolvimento e bem-estar da sociedade.

E, por ter o Governo papel fundamental na promoção e manutenção de fatores que influenciem positivamente na qualidade de vida da população, torna-se injustificável a desestatização de uma empresa que produz cerca de sessenta por cento da energia elétrica consumida no País.

Dentre as consequências negativas provocadas pelo Governo ao abrir mão do controle da Eletrobras, inclui-se a alteração do regime de fornecimento de energia elétrica à população.

Hoje, são praticados preços abaixo dos de mercado e essa mudança pode ter impacto tarifário relevante, notadamente para o desenvolvimento industrial e para cidadãos das classes C, D e E. As usinas da Eletrobras – em especial as renovadas pela lei 12.783/2013, que estão sob o regime de cotas - vendem a energia mais barata do país.

Além do mais, a privatização da estatal coloca em risco a soberania nacional, ao representar a perda do controle sobre a produção de energia elétrica do país, que ficará nas mãos de gestores privados, em grande parte estrangeiros.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER AO PL 9463/18 - DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Investidores internacionais terão controle não somente da energia elétrica, mas também, indiretamente, da vazão dos rios e seus afluentes, o que envolve a gestão dos múltiplos usos das águas, como a irrigação, pesca, navegação e a preservação da fauna e flora dos biomas envolvidos.

Portanto, diante do exposto, solicito apoio aos nobres pares para a aprovação deste requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, em de de 2018.

CARLOS ANDRADE
Deputado Federal PHS/RR